

A TRADIÇÃO E A INTELIGÊNCIA POLÍTICA: O PVO DE SANTO SEGUE SEU CAMINHAR

TRADICIÓN E INTELIGENCIA POLÍTICA: EL PUEBLO DE SANTO SIGUE SU CAMINO

Apresentação do volume 9, número 1, da Revista Calundu

Guilherme Dantas Nogueira¹

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v9i1.58734>

Desde a organização dos primeiros Calundus coloniais em terras pindorâmicas, que a coroa portuguesa resolveu chamar de Brasil, há a necessidade de as comunidades de terreiro dialogarem com as elites brancas dominantes, hoje em dia escondidas por trás da figura do Estado. Esse é um fato que não é bem lembrado pela história oficial do Brasil – essa mesma que exalta as glórias brancas coloniais e colonial-modernas, e que desconversa sobre o genocídio dos povos indígenas e negros nessa região do planeta, bem como sobre a inteligente resistência política dessas pessoas.

Fato é, não obstante, que pessoas negras e indígenas resistiram e seguem resistindo aos intentos destrutivos desse poder dominador, o que é feito, muitas vezes, por meio de negociações possíveis com os próprios dominadores. Assim, nos tempos coloniais, o acordo tácito com a igreja católica era o de que todas as divindades calunduzeiras seriam chamadas de “santo” e identificadas com algum desses ícones considerados sagrados do catolicismo. Igualmente, o “santo” negro poderia ser dançado, mas o terreiro precisava ser contido e não chamar muita atenção. Toda a gente preta tinha que ir na missa e participar dos rituais, mas acreditar na divindade cristã não era um pré-requisito (Silveira, 2006²; Nogueira, 2019³).

¹ Diretor Presidente do Calundu – Instituto de Estudos sobre Religiões Afro-Latino-Americanas. Pesquisador Visitante do Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas da Universidade de Harvard. e-mail: guilherme.nogueira@calundu.org.

² SILVEIRA, Renato. *O Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. Salvador: Edições Maianga, 2006.

³ NOGUEIRA, G. D. *Na Minha Casa Mando Eu: mães de santo, comunidades de terreiro e Estado*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, p.289. 2019.

Já depois dos tempos coloniais, em um Império que se mostrou mais racista – sobretudo sob Pedro I – que a coroa portuguesa, a opressão à religiosidade negra endureceu, mas o esforço de resistência aumentou (Silveira, 2006). Com a República chegou um primeiro intento de laicidade jurídica, que *ipso facto* nunca se estabeleceu (Nogueira, Nogueira, 2018⁴). E para lidar com isso tudo, mães de santo, que já eram há séculos no Brasil, para além de líderes religiosas e comunitárias, curandeiras, parteiras, conselheiras, psicólogas de suas comunidades, etc., tornaram-se também conselheiras de presidentes – a exemplo da famosa mãe Aninha, fundadora dos terreiros Ilê Axé Opo Afonjá de Salvador/BA e do Rio de Janeiro/RJ, que na década de 1930 aconselhava Getúlio Vargas e o influenciou a acrescentar no Decreto-Lei 1.202, 08/04/1939 (Brasil, 1939⁵), dispositivo que impedia governos de estados e municípios de “estabelecer, subvencionar ou embargar o exercício de cultos religiosos”. Isso foi o que efetivamente assegurou juridicamente a liberdade religiosa no país, mesmo que essa já fosse anteriormente constitucional (Nogueira, Almeida, 2020⁶).

Lélia Gonzalez (1984⁷), com efeito, já nos chamara outrora a atenção para o fato de que a “mãe preta” deu sua rasteira no senhor branco, ao socializar o filho deste, ainda que branco de pele, com traços culturais negros. O racismo brasileiro não deixa de existir por esse expediente, mas a negritude segue viva e potente, resistindo e (re)existindo. Como diria a mesma Lélia Gonzalez (1984, p. 227), “isso tá aí... e fala”.

Resistindo, (re)existindo, falando por seus próprios meios e negociando o espaço possível com as elites brancas, as atuais comunidades de terreiro seguem seu caminhar no país – nada errante, noto, ainda que dialético com a colonialidade e resultante da tragédia da diáspora (Nogueira, 2020). Um caminhar, ademais de abençoados pelo santo, politicamente conduzido. O Instituto Calundu é fruto desse caminhar, e busca apoiar sendo meio também. Assim, com esse dossiê de nosso periódico, reunimos textos que

⁴ NOGUEIRA, Nilo Sérgio. NOGUEIRA, Guilherme Dantas. A questão da laicidade do Estado brasileiro e as religiões afro-brasileiras. *Revista Calundu*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 49-69, jan-jun, 2018. Disponível em: <https://calundublog.files.wordpress.com/2018/10/texto-03.pdf>.

⁵ BRASIL. Decreto-Lei 1.202, de 08 de abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos estados e municípios. Rio de Janeiro, DF, abril, 1939.

⁶ NOGUEIRA, Guilherme Dantas; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A centralidade transgressora das mulheres nas comunidades de terreiro. *Latinoamérica – Revista de Estudios Latinoamericanos*, no.77, jul./dic. 2023. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742023000200185&lang=pt

⁷ GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244, 1984.

tratam dessa resistência política e se focam em diferentes aspectos das relações entre os terreiros e o Estado.

Abrindo, assim, a seção de artigos acadêmicos, Kamilla Cardoso Pinheiro, integrante do projeto Calundu do Futuro, nos apresenta o inspirador texto “Relações entre ativismo afrorreligioso e o Estado: atuação institucionalizada e construção de políticas públicas para povos e comunidades de terreiro”. Em seu debate, a autora nos lembra a importância que movimentos sociais trazem para suas pautas, por meio de sua luta política, sobretudo quando conseguem fazê-lo desde dentro do próprio Estado, por meio de ativistas que trabalham como funcionários públicos. Ela cita o exemplo – e traz uma inédita entrevista – do reconhecido ogan Nilo Sérgio Nogueira, Tata Kis’ange, que durante anos articulou políticas públicas para terreiros desde dentro da antiga Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República, atual Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Continuando na mesma toada, Cyntia Cristina de Carvalho e Silva e Tânia Mara Campos de Almeida nos trazem um estudo sobre o “O Procedimento Operacional Padrão da diversidade religiosa da Polícia Civil do DF”, que é também o título do artigo. Esta diretriz para ações do poder policial da capital federal junto a instituições religiosas – afro ou outras – foi construída por meio de bastante diálogo com a sociedade e levando em consideração as necessidades plurais de públicos que precisam ser ouvidos, respeitados e protegidos como condição basilar para a própria democracia brasileira. Dentre as instituições ouvidas na fase de pesquisas para a criação do Procedimento Operacional Padrão, destaco os diálogos com o Comitê da Diversidade Religiosa do Distrito Federal, em que o Calundu também está representado.

Fechando a seção de artigos, Livia Souza Costa e Renan Vieira de Santana Rocha nos apresentam o texto “Entre as ciências médicas e as ciências bantu-kongo: perspectivas de saúde dentro de terreiros de Umbanda”. Com uma descrição rica e cuidadosa sobre o universo simbólico da Umbanda, a autora e o autor mostram como essa religião afro-brasileira complementa cuidados, por meio de seus saberes ancestrais, à própria prática da medicina colonial-moderna. Igualmente, discorrem sobre a contribuição dos terreiros afrorreligiosos no aprofundamento de noções de cuidado com a saúde, no combate às violências do racismo e na promoção da valorização cultural, o que central, como colocam, para políticas públicas inclusivas.

A seção de artigos foi focada em qualidade, não em quantidade de textos. Assim, apresentamos três trabalhos de fôlego, com muitas páginas escritas. O dossiê, não obstante, não se encerra com esses trabalhos apenas. Pelo contrário, o tom político segue presente na resenha “História de fé e resistência ancestral”, de autoria de Marcos Rodrigues. O livro resenhado, “Mãe da liberdade”, foi escrito por Valéria Lima. Sob a caneta de Marcos Rodrigues, o importante papel sócio-comunitário-político de Mãe Hilda Jitolu, avó da autora do livro, é destacado como uma contribuição política não apenas daquela grande senhora, mas também do povo e do movimento negro soteropolitano. O emocionante bloco Ilê Aiyê, do qual a mãe de santo era matriarca, é relembrado como instrumento de afirmação da negritude e da força de luta que o povo negro tem. Um convite à leitura do próprio livro, por meio de uma resenha muito bem escrita.

Finalmente, fechando, concluindo a beleza e trazendo leveza a esse dossiê, cuja temática é catalizadora de tantos pensamentos e tanta resistência, dois textos livres mostrando a (re)existência de tradições afrorreligiosas em contextos diversos: festa de rua e rituais indígenas com a Ayuasca. São os trabalhos “O axé de Mateus no cavalo marim”, de Rebeca Guimarães Barbosa; e “A Ayahuasca como caminho de autoconhecimento e conexão com os saberes ancestrais”, de Cláudia Mirella Pereira Ramos. Ao passo que pessoas mais céticas diriam que a veia negra não pulsa nas tradições narradas, Rebeca e Cláudia nos convidam, com seus textos, a pensar duas vezes se seria isso mesmo e mostram como a nossa ancestralidade segue viva e pulsante, com toda a força de sua tradição calanduzeira, mesmo longe de terreiros institucionalizados.

Um lindo e potente dossiê, que como um todo nos convida a uma reflexão sobre relações de poder desfavoráveis à herança negra brasileira, que não obstante não são – nunca foram – suficientes para parar a força vital, o *ngunzo*, de nossa ancestralidade.

Burlington, 10 de junho de 2025.